

## Ata n.º 3

Ao décimo nono dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, realizou-se, pelas 14h30, na Sala de Conferências do Palácio D. Manuel, uma reunião extraordinária do Conselho Municipal de Educação, com a seguinte Ordem de Trabalhos: ------Ponto um: Aprovação da Ata da reunião anterior; ------Ponto dois: Apresentação e discussão da Carta Educativa; -----Ponto três: Outros assuntos; ------Foi convidada a participar nesta reunião a empresa Bizfuture responsável pela elaboração documento estratégico para o concelho de Évora "Carta Educativa- Diagnóstico e Estratégias 2023-2033". ------O vice-presidente e vereador do Pelouro da Educação, Alexandre Varela, na qualidade de presidente do Conselho Municipal de Educação, cumprimentou todos os presentes e deu início à Ordem de No Ponto Um da Ordem de Trabalhos, a ata da reunião anterior, que havia sido previamente enviada por correio eletrónico, foi colocada a aprovação, tendo sido aprovada por unanimidade. ------Passando ao Ponto Dois, apresentação e discussão da Carta Educativa, o presidente do órgão informou que estava presente na reunião a equipa responsável pela elaboração das dez Cartas Educativas do Alentejo Central relativas aos dez municípios que decidiram avançar com este processo. Em 2021 saiu um quião de referência para a elaboração das Cartas Educativas que o Ministério da Educação disponibilizou e foi na sequência desse trabalho que se avançou para a revisão da Carta Educativa no âmbito da candidatura ao Portugal 2020, promovida pela CIMAC. --------O Vereador Alexandre Varela informou que este processo se iniciou com um diagnóstico e o envolvimento de diversas entidades quer do ponto de vista da educação formal quer do ponto de vista da educação não formal. Houve um conjunto de atividades que envolveram entrevistas e um Focus Group com os parceiros que estão integrados no PEL - Projeto Educativo Local que deram vários contributos e também os agrupamentos de escolas foram sendo auscultados. Além disso, houve recolha de informação disponível no que diz respeito às estatísticas e foram conduzidos por outros processos de levantamento de informação pela equipa. ------O Vereador Alexandre Varela chamou a atenção para duas questões. A primeira questão diz respeito à realidade do concelho que se tem alterado, não só do ponto de vista demográfico, visível no último decénio com a redução do número de alunos mas também na própria reconfiguração dos alunos e das famílias que hoje habitam no concelho e que nos últimos anos se tem visto de forma marcada a vinda de alunos e a presença de alunos de várias regiões do mundo. Neste momento, contabilizam-se





dezenas de países diferentes de origem dos alunos que estão a estudar nos vários ciclos do ensino básico e secundário. Há uma realidade diferente e que nos perspetiva ou que nos dá perspetivas diferentes em relação ao futuro ou ao próximo decénio que é o tempo de duração do documento 2023-2033. Fez, ainda, uma referência ao processo da capital europeia da cultura porque comporta um conjunto de alterações assinaláveis, não só do ponto de vista do urbanismo mas também daquilo que pode significar uma parte dos projetos educativos e também da valorização e qualificação do ensino em Évora, tendo em conta o segundo eixo que aqui será apresentado hoje neste trabalho. A outra questão diz respeito a um desafio muito amplo e que ao qual não podemos deixar de responder e, naturalmente, não podemos ignorar que é a questão das alterações climáticas e em particular as questões relacionadas com a mobilidade, que devem refletir no modelo de deslocação casa-escola. ---

O Dr. André Silva fez a apresentação através do próprio documento Carta Educativa, para desta forma os presentes ficarem com uma noção da estrutura que a Carta segue e que a mesma obedece ao referido Guia. A carta educativa de Évora visa planear e ordenar os equipamentos educativos segundo as ofertas de educação e formação, através do uso eficiente dos recursos educativos, tendo em consideração as dinâmicas demográficas e socioeconómicas do município. A Carta Educativa começa com o enquadramento dos objetivos de acordo com o Decreto-Lei n.º 19/2021, de 30 de janeiro, na sua redação atual. A Carta Educativa tem a vigência de dez anos e ao nível metodológico socorreram-se de informação de fontes documentais (documentos fornecidos pelas entidades envolvidas, legislação e regulamentação específica) e de fontes estatísticas (INE, Pordata, DGEEC e DGE). Na elaboração do diagnóstico procurou-se fazer uma abordagem multiescalada. Desta forma, analisou-se o município de Évora e comparou-se com os municípios do Alentejo Central, com o Alentejo em geral e também com o País, para se perceber se Évora está na linha de conta ou não com as tendências das outras unidades geográficas de análise. O relatório da Carta Educativa organiza-se da seguinte forma: ------



➤ Enquadramento do município de Évora – inserção territorial, dinâmicas populacionais e socioeconómicas, projeções da população residente e escolarização; ------

> Proposta de intervenção relativamente à rede pública. -----

Terminada a apresentação do documento Carta Educativa, o Dr. André Silva sugeriu a abertura de um espaço para apresentação de propostas de melhoria e soluções para o resultado de diagnóstico por parte dos conselheiros e das conselheiras, referindo que estão em condições de definir propostas de intervenção para a Carta Educativa de Évora.

Referiu, ainda, que cabe ao Conselho Municipal de Educação e à Câmara Municipal definir um conjunto de medidas de acordo com os três eixos indicados no Guia para Elaboração da Carta Educativa. O Eixo I prende-se com medidas de intervenção no âmbito da requalificação dos equipamentos de préescolar e do ensino básico e secundário. O Eixo II prende-se com medidas para promover a qualidade e o sucesso educativo e formativo das escolas do concelho. E o Eixo III prende-se com medidas que visam o incentivo da oferta do ensino profissionalizante no concelho de acordo com as áreas prioritárias.

O Vereador Alexandre Varela agradeceu a intervenção do Dr. André Silva e acrescentou que o apresentado em termos de demográficos, não foge muito às estimativas que existiam nos últimos decénios, dito sobretudo pelos Censos e pelas estatísticas demográficas. Relativamente à Requalificação do Parque Escolar, disse que tem que se ter sempre em conta questões como o número de alunos, o ensino profissionalizante, a mobilidade de pessoas e dos alunos em particular mas também aquilo que são os recursos que existem. Sobre o eixo do ensino profissionalizante, a que se volta a dar um destaque em termos nacionais, o vereador referiu ser o mesmo importante sobretudo tendo em conta que o nível da capacidade ou de atratividade para fixar populações no concelho está diretamente

ARC M



ligada também à mão-de-obra disponível para fornecer alguns dos principais empregadores. A forma como podemos fixar ou não essas populações, têm ligações que ultrapassa a dimensão do ensino ou dos estabelecimentos de ensino do ensino formal. Por fim, deu apenas uma referência sobre o processo, dizendo que o Conselho Municipal de Educação tem que dar um parecer sobre a Carta Educativa e que esta há-de ser parte integrante do Plano Diretor Municipal, que por sua vez está em revisão

A representante da CCDRA - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, a Dr.ª Maria Teresa Godinho, referiu que tem vindo a assistir à apresentação das Cartas Educativas no Alentejo. Deu os parabéns às CIM's porque conseguiram fazer um trabalho assertivo e multiconcelhio, referindo que o trabalho articulado entre as CIM's foi promovido pela CCDR, e deu os parabéns à



empresa que elaborou e apresentou o diagnóstico. Relativamente ao eixo de intervenção um, requalificar os equipamentos de Educação Pré-Escolar e do Ensino Básico e Secundário, a Dr.ª Maria Teresa Godinho disse que deve ficar bem explícito que se deve ter sempre em conta a sustentabilidade, as adaptações às alterações climáticas, as questões da digitalização e até a reutilização da água quando se faz a requalificação nos edifícios. Relativamente à acessibilidade dos alunos, a Dr.ª Maria Teresa Godinho deu nota da existência de um estudo da OCDE, dedicado exclusivamente às zonas de baixa densidade, em termos das questões relacionadas com o acesso das pessoas aos serviços de interesse geral, neste caso a educação. Uma das grandes sugestões/recomendações feitas, é que devem ser criadas residências para todos os estudantes, não só os alunos do ensino universitário, e também residências para professores. Se houver condições de habitação mais favoráveis, mais facilmente poderão vir para os nossos territórios e ficaremos melhor servidos em termos de conhecimento e da oferta de recursos qualificados que facilitem os processos de ensino-aprendizagem para os nossos alunos. A criação destas residências deve ser adequada aos interesses dos jovens dos dias de hoje. Sendo a Carta Educativa um documento obrigatório e um investimento de trabalho, deve ser ponderada periodicamente para que o caminho se ajuste conforme as evoluções que vão surgindo em termos sociais e nos territórios, fazendo o caminho mais assertivo possível. Relativamente ao eixo de intervenção dois, promover a qualidade e o sucesso educativo e formativo nas escolas do concelho, a Dr.ª Maria Teresa Godinho salientou a valorização dos recursos existentes na comunidade que está referenciado na Carta. -----

O Diretor do Agrupamento de Escolas Manuel Ferreira Patrício, Dr. Manuel Cabeça, reconheceu o trabalho de elaboração da Carta Educativa, referindo que é um documento estratégico fundamental para que haja complementaridade municipal, distrital e regional e que é um trabalho exaustivo, detalhado mas também preocupante. O Dr. Manuel Cabeça realça a necessidade de se pensar uma estratégia demográfica. É um problema que não é de Évora, nem da região Alentejo, nem do País, é





um pouco de toda a Europa que está envelhecida mas há a necessidade de pensar, contrariar esta tendência. Outra necessidade que referiu é a habitação e na escola estão com esse problema. Os docentes são colocados e recusam porque não encontram casa/quarto para arrendar e quando arranjam os preços são proibitivos. Há efetivamente a necessidade de equacionar residências para alunos e docentes mas também uma estratégia de habitação. Há a necessidade de uma estratégia digital. Deverá haver um processo de monitorização da Carta Educativa, no sentido de saber se as coisas estão adaptadas aos objetivos que desenhados, aos desafios e às novas estratégias que são colocadas pela frente.

O representante das Associações de Estudantes, Tomás Lavoura da Associação de Estudantes da Escola Secundária Severim de Faria, agradeceu e parabenizou todos os agrupamentos de escolas e estabelecimentos de ensino por toda a oferta educativa que dão aos alunos do concelho ao longo dos anos. Sugeriu que se acabasse com o trânsito nas vias onde estão localizados os estabelecimentos de educação e ensino.

A representante do Conselho Pedagógico do Agrupamento de Escolas Manuel Ferreira Patrício, Ed.ª Isabel Melo, solicitou que na Carta Educativa estivesse explicito a questão do transporte para as



crianças do pré-escolar se deslocarem para realização de atividade pedagógicas fora do seu contexto escolar
De forma a dar resposta a alguns aspetos gerais falados, o Vereador Alexandre Varela disse que:
- Temos um problema de base demográfica que não conseguimos ou não temos conseguido resolver com os movimentos migratórios;
- As questões de natureza demográfica e as questões relacionadas com a Habitação, apesar de terem incidência local, na verdade erradicam em problemas de natureza nacional;
- O facto do Estado ter avançado com um programa de Habitação de incentivo ao arrendamento acessível é o reconhecimento do problema e que não é um problema de agora;
- O município está a tratar da revisão de um conjunto de instrumentos de ordenamento e planeamento entre os quais o Plano Diretor Municipal e o Plano de Urbanização;
- As residências foram colocadas no Plano de Habitação porque correspondem a uma preocupação que começou a emergir, a partir de 2014/2015, quando se percebeu que o mercado de arrendamento estava a absorver muitas casas que antes eram consagradas para arrendamento a estudantes universitários, e que foram transformadas em alojamento local. Houve uma retirada do número efetivo de casas do mercado. O aumento do turismo levou a um intenso processo de reabilitação de casas, principalmente dentro do Centro Histórico. As questões relacionadas com a habitação seja para estudantes universitários, jovens ativos ou para estudantes não universitários, foram colocadas e assumidas no Plano Local de Habitação.
- A questão da criação das residências para alunos do ensino não superior foi colocada no eixo três das propostas de intervenção da Carta Educativa;
- Estratégia digital: já foram feitas duas candidaturas aos Centros Tecnológicos e irá à próxima RPC mais protocolos para se apoiar as candidaturas a estes centros;
- Deve ser feita uma ligação entre os Agrupamentos de Escolas e a Universidade de Évora, entre aquilo que é a oferta do ensino secundário e aquilo que é a oferta no ensino superior;
- Trânsito: desafio aos agrupamentos de escolas, representantes das associações de pais e EE dos alunos, forças de segurança, para desincentivar o levar os alunos de carro até à porta da escola;
- Transportes: estamos numa região de baixa densidade e como todas as regiões de baixa densidade, os transportes públicos são deficitários;
- Plano de Mobilidade Sustentável: utilização progressiva dos transportes públicos e andar a pé e de bicicleta. Pretende-se preparar nos próximos quatro anos, até à capital europeia da cultura, o máximo de vias e pavimentos;





Pediu a palavra a chefe de Divisão de Educação e Intervenção Social, Dr.ª Helena Ferro, que começou por agradecer a colaboração e o esforço empreendido, sobretudo, pelos quatro agrupamentos de escolas, a quem o município pediu um conjunto de dados muito exaustivos, para que a Carta Educativa se pautasse por elevado rigor, colaboração esta extensível a muitas outras instituições/interlocutores privilegiados porque era necessário entender muita informação, nomeadamente, IEFP, DGEstE, Saúde Escolar e CPCJ. Referiu que a nível interno foram envolvidos vários serviços, reconheceu o trabalho desenvolvido pela Dr.ª Vera Lazana, técnica da Divisão de Educação e Intervenção Social, através da recolha de dados e do trabalho de equipa que foi necessário desenvolver e, na Divisão de Ordenamento e Reabilitação Urbana, na pessoa do Carlos Borralho, no âmbito do urbanismo deu contributos de especialidade para o documento.

Por fim ficou estabelecido o dia 23 de maio como a data final de receção de contributos por forma a que a versão definitiva da carta seja remetida para os conselheiros no dia 24, para ser submetida a aprovação em reunião do Conselho Municipal de dia 26 de maio.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por concluída a reunião, da qual se lavrou a presente ata. ------

Da presente ata faz parte integrante a Lista de Presenças, em anexo. -----

Évora, dezanove de maio de dois mil e vinte e três.

Praça de Sertorio

cmevora@cm-evora.pt

9- 266 777 000

∰ www.cm-evora.pt